



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12614 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO E FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: desafios e perspectivas

Gercilene da Silva de Souza - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Simone Leal Souza Coité - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

**IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO E FORMAÇÃO CONTINUADA
DOCENTE: desafios e perspectivas**

1. Introdução

Este artigo tem o objetivo de promover uma breve reflexão sobre a formação docente e os desafios propostos com a reforma do Ensino Médio, diante da implementação da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Este estudo é fruto dos estudos desenvolvidos na disciplina de Ensino, Prática Pedagógica e Formação Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Oeste da Bahia (UFOB), bem como da experiência enquanto docente do ensino médio da rede estadual de ensino da Bahia. O estudo possibilitou a tessitura de reflexões acerca dos desafios enfrentados pelos professores no que se refere as mudanças propostas para o novo Ensino Médio, estrutura, organização e currículo, avaliar quais as medidas adotadas para promoção da formação docente com base nesta reforma. Considera importante, a necessidade de ampliação dos estudos da implementação da lei nos últimos anos.

A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa à luz da revisão de literatura sobre formação de professores e reforma do Ensino Médio. A partir da situação problema: quais os desafios da formação docente diante da efetivação da Lei 13.415/2017? O estudo se estrutura em três partes: primeiro momento discorre numa análise

sobre a formação docente, em sequência versa sobre as normativas legais que estabelecem a formação docente concomitante com análise da Lei 13.415/2017 e os desafios dos professores para sua aplicabilidade na escola, no terceiro momento apresenta as considerações finais com as perspectivas do estudo em relação a formação docente e a reforma do Ensino Médio.

Partindo do problema e objetivo deste estudo, tem como técnica de coleta de dados, a análise documental, por meio da legislação federal sobre a regulamentação desta etapa de ensino e as orientações propostas a partir da promulgação da Lei n.º 13.415/2017. O estudo da legislação concernente a reforma para o ensino médio é relevante para a compreensão da política educacional e a formação histórica e ideológica das reformas desta etapa de ensino no país.

2. Formação docente e a lei 13.415/2017: quais desafios?

Apesar da elevada quantidade de ações voltadas para a formação de professores, pouco se sabe sobre esses processos na prática escolar no Ensino médio. No atual contexto, com as mudanças e as novas diretrizes trazidas pela reforma deste nível de ensino, é fundamental que os professores compreendam todas as alterações no processo de ensino, currículo e na prática docente. Neste contexto, compreende-se que a formação docente é um dos fatores importantes para contribuir com a melhoria dos índices da educação básica.

Nas últimas décadas, o panorama da educação no Brasil foi marcado por mudanças decorrentes de rupturas pragmáticas que suscitam a reconfiguração da prática pedagógica e ressignificação nos processos de ensino. Com cenário pandêmico essas mudanças ficaram mais evidente que os professores se depararam com a necessidade de rever sua prática pedagógica. Entende-se que essas transformações não podem ser vistas apenas como uma mudança dos processos educativos, e sim possibilitando uma nova relação professor e aluno, em que o próprio conhecimento se apresenta de forma diferente. Visto que, as mudanças propostas com a reforma exigem da escola e dos professores uma nova postura quanto a prática em sala.

Dessa forma, a escola, além de inserir as mudanças da reforma em seu contexto também necessita aprofundar a visão que tem sobre essa e sobre o próprio papel como agente educativo que se articula em rede, com novas situações, procurando respostas e modos de ação, construídos coletivamente nestes novos cenários. Do mesmo modo, a formação docente na escola não ocorre de forma individualizada, de fato a formação acontece a partir do desejo dos profissionais da educação em se desenvolverem e compartilharem, analisarem juntos o processo de ensino, aprendizagem e pesquisa na escola.

As discussões e embates inerentes as políticas públicas no Brasil em relação a formação continuada de professores são muitas, salienta Gatti et.al (2019) que há que se considerar a descontinuidade de programas e a falta de oferta de formação continuada que

considerem as etapas da vida profissional dos professores, de políticas que formem e fortaleçam o corpo docente e a equipe gestora. É importante salientar que, a formação continuada é um processo que considera também a cultura escolar, a identidade dos sujeitos e bem como o momento no qual estes sujeitos são inseridos.

Complementa Gatti et al. (2019) que pouca atenção tem sido dada à formação dos formadores de professores e à necessidade de construção de um projeto de formação que defina princípios, estruture atividades e proponha formas de avaliação tendo em vista o perfil do profissional que se pretende formar.

A situação atual que o país vivencia não tem como ser deixada de lado, ao se pensar sobre as formações para os professores, bem como a realidade em que os estudantes estão inseridos. É fundamental mencionar que a formação continuada na escola, não ocorre de forma individualizada. De fato, a formação acontece a partir do desejo dos profissionais da educação em se desenvolverem e compartilharem, analisarem juntos o processo de ensino, aprendizagem e pesquisa na escola.

No percurso da educação brasileira, muitos são os entraves relacionados ao Ensino Médio. Desde a situação precária das escolas, com estruturas antigas inadequadas para esta modalidade, resultados abaixo do estabelecido nas avaliações, altos índices de reprovação e abandono, distorção idade e série, falta de uma política educacional para o ensino noturno, políticas públicas interrompidas e pouco investimento em formação docente.

O desempenho escolar apresenta resultados baixos no Ensino Médio, a nota média do Ideb no Brasil para esta etapa de ensino com o ano de referência de 2021 é de 4,2 no geral e 3,9 para o ensino médio da rede pública. Estes dados refletem as demandas dessa etapa de ensino, como melhores condições de infraestrutura nas escolas, políticas educacionais e curriculares que não sejam interrompidas, bem como a qualificação do professor no qual proporcione melhores condições de trabalho. Os problemas do Ensino Médio não serão resolvidos apenas com a promulgação de leis que alteram a sua estrutura, a resolução destas demandas vão além e para sua efetivação é preciso que realmente a escola, professores e estudantes sejam ouvidos.

Na reformulação das legislações brasileiras, ao longo dos anos, se destacou a defesa de uma educação de acesso a todo cidadão, de qualidade e uma proposta que alie mercado profissional e o mundo do trabalho. Em contrapartida, os dados sobre o ensino médio no país apresentam ainda uma situação de exclusão, o processo de universalização desta etapa de ensino, ainda é uma realidade distante.

O ensino médio brasileiro foi afetado por um enorme conjunto de resoluções, decretos, leis, mas também sofreu influência de múltiplos atores, num processo complexo e controvertido de definição de políticas e estratégias para melhorar os índices de rendimento das escolas (KRAWCZYK, 2014). É válido destacar que, os estados são responsáveis pelo ensino médio no país, porém a organização e estruturação curricular mais ampla transcorre a

partir de políticas estabelecidas no âmbito nacional, com a Lei de Diretrizes e Bases, dos Planos Nacionais de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais e no caso a flexibilização curricular recente com a promulgação da Lei n.º 13.415/2017.

A Portaria nº 521 de 13 de julho de 2021 que institui o Cronograma Nacional de Implementação no Novo Ensino Médio estabelece no art. 4º, inciso 3º apresenta que “a formação continuada dos profissionais da educação para alinhamento dos referenciais curriculares à BNCC será realizada pelos sistemas de ensino, com apoio técnico e financeiro do MEC” (BRASIL, 2021).

No entanto, as escolas se depararam com os entraves deste novo currículo, uma vez que neste ano 2021 foi realizada a escolha dos Projetos integradores, Projeto de Vida e as obras didáticas por área de conhecimento e específicas. Nota-se uma disparidade entre o cronograma de monitoramento de implementação dos referenciais curriculares e da formação continuada aos profissionais da educação e a realidade das escolas.

Com intuito de preparar os profissionais da educação para as mudanças propostas pela Lei 13.415/2017, o Ministério da Educação (MEC) lançou uma formação específica para os docentes do ensino médio das escolas públicas e privadas do país. As formações para professores que atuam no Ensino Médio estão disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Avamec). As ações formativas foram preparadas com o objetivo de oferecer subsídio aos profissionais do magistério diante do novo modelo de ensino médio. São cinco formações gratuitas de cada uma das áreas do conhecimento que compõe as matrizes curriculares do novo ensino médio: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da Natureza e suas tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, além disso tem o módulo “Mundo do Trabalho”, que mostra como os professores poderão orientar os estudantes sobre projeto de vida, carreira e empreendedorismo. Cada módulo tem a carga horária de 180 horas, com uma proposta que envolve a teoria e a aplicação prática que indica soluções pedagógicas voltadas à interdisciplinaridade.

Neste sentido, outra ação desenvolvida pelo Ministério da Educação em relação a formação de professores que atuam no ensino médio diz respeito à escolha de obras de Formação Continuada, destinadas aos professores e equipes gestoras das escolas públicas de ensino médio. Essa é a terceira etapa do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) do ensino médio. Serão cinco fases relacionadas ao livro didático para o ensino médio: (A) 1ª fase - 1º objeto - Obras Didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida destinadas aos estudantes e professores de ensino médio (período de transição para o Novo Ensino Médio); (B) 2ª fase - 2º Objeto - Obras por Áreas do Conhecimento e Obras Didáticas Complementares destinadas aos estudantes e docentes de ensino médio; (C) 3ª fase - 3º Objeto - Obras de Formação Continuada aos professores e à equipe gestora das escolas públicas de ensino médio; (D) 4ª Fase - 4º Objeto - Recursos Digitais; (E) 5ª fase - 5º objeto - Obras literárias.

As obras de formação continuada, correspondente a 3ª fase destinam-se a construir vivências de integração para os diversos profissionais da escola a fim de atuarem em conjunto para a implementação do Novo Ensino Médio, e desenvolverem práticas pedagógicas que sejam ativas, com interação, diversidade e eficiente na prática pedagógica.

As obras de formação continuada são destinadas à equipe gestora e aos professores. As obras são constituídas de volume único, compostas por livros reutilizáveis com um ciclo de três anos. As escolas que ofertam o ensino médio deverão registrar a escolha para as seguintes obras: Equipe Gestora, Língua Portuguesa, Inglês, Educação Física, Música, Teatro, Dança, Artes Visuais, Matemática, Biologia, Física, Química, Filosofia, Geografia, História, Sociologia. A escolha deste objeto que se destina para os professores e equipes gestoras das escolas públicas de ensino médio está ocorrendo nas escolas de ensino médio do país no período de 30/05/2022 a 17/06/2022.

Ao pensar em formação continuada se faz necessário analisar o contexto social e histórico, a prática pedagógica, a carreira do professor e a situação atual da Educação Básica, visto que a formação continuada não pode ser separada do contexto da escola, não pode ser separada das demandas atuais da educação. Desse modo, esses processos vivenciados nesse novo ambiente de aprendizagem, mesmo que de forma remota favorecem e influenciam na formação do estudante e do professor. Certo que, a escola não é a mesma, está inserida num novo espaço e este espaço requer suprir novas necessidades.

3. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi promover uma breve reflexão sobre a formação docente e os desafios propostos com a reforma do Ensino Médio, diante da implementação da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. O estudo permitiu compreender que a formação docente é um campo essencial para reflexão sobre a profissionalização do professor, para o processo de ensino e prática pedagógica, em destaque neste cenário de reforma educacional.

Outro dado relevante corresponde ao fato que ainda é tímido os processos relacionados a formação de professores para o ensino médio, tendo em vista que a alteração na legislação aconteceu em 2017, e apenas cinco anos depois se inicia os processos relacionado a formação docente. Contudo, a reforma do ensino médio evidencia-se a ser necessidade de forma urgente a efetivação dos programas de formação de professores que trabalhe conhecimentos e demandas atuais, recursos e metodologias para estes fins. Visto que, as mudanças propostas pela publicação da Lei 13.415/2017 suscitou reflexões sobre como a escola pública se encontra, e o que é preciso fazer para melhorar a qualidade da educação, valorização do trabalho docente e a efetivação do direito de aprender.

O tema formação de professores é bem amplo, portanto, faz-se necessária uma

continuidade de investigações, com vistas a ampliação dos espaços para a escuta dos docentes, conhecimento das demandas, modalidades formativas e o andamento das ações. Daí a importância destes estudos, em razão da sua relevância social e acadêmica, bem como, os resultados que poderão oferecer subsídios à formulação de políticas educacionais com base nas percepções dos professores sobre a formação docente no ensino médio.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em 02 de maio. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória no 746, de 22 de setembro de 2016**. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 521, De 13 de Julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio, 2021. Disponível em: <https://sintse.tse.jus.br/documentos/2021/Jul/14/destaques-museu-historia-educacao-cultura-e-biblioteca-geral/portaria-no-521-de-13-de-julho-de-2021-institui-o-cronograma-nacional-de-implementacao-do-novo-ensino>

GATTI, Bernadete et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019. 351p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **IDEB**, 2022. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>

KRAWCZYK, N. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, vol. 35, num. 126, p. 21-41, 2014